

12-31-2013

Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do “Reduto Branco”

Luís Fernando Machado Barroso

Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, barrosolfm@gmail.com

Follow this and additional works at: <http://digitalcommons.asphs.net/bsphs>

Recommended Citation

Barroso, Luís Fernando Machado (2013) "Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do “Reduto Branco”," *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*: Vol. 38: Iss. 1, Article 10.
Available at: <http://digitalcommons.asphs.net/bsphs/vol38/iss1/10>

This Article is brought to you for free and open access by Association for Spanish and Portuguese Historical Studies. It has been accepted for inclusion in Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies by an authorized administrator of Association for Spanish and Portuguese Historical Studies. For more information, please contact jesus@udel.edu.

Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do “Reduto Branco”

LUÍS FERNANDO MACHADO BARROSO

Em Outubro de 1970, Portugal, Rodésia e a África do Sul formalizavam uma aliança secreta, conhecida por “Exercício ALCORA”, como seguimento de uma proposta rodesiana intitulada “Plano de Contingência para a Defesa da África Austral”. O “Exercício ALCORA” tinha como objetivo principal derrotar a subversão na África Austral, sendo a sua estratégia baseada na formulação de objetivos combinados, partilha de informações, adoção das mesmas doutrinas, partilha de forças de intervenção, entre outros. A participação de Portugal foi resultado de uma estratégia diplomática que os governos de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano seguiram com os países da África Austral desde a década de 1950, que teve como ponto de referência o relacionamento com a África do Sul e que deve ser também entendida em complementaridade com o seu relacionamento com os Estados Unidos da América (EUA) e com a Grã-Bretanha. Ao longo do período em análise, o Governo português percorreu um caminho sinuoso limitado pelo receio das pretensões hegemónicas de Pretória sobre Angola e Moçambique e pela incongruência da formalização de uma aliança com um país que tinha como doutrina racial o apartheid, que contrastava com o apregoado multirracismo português. Porém, as necessidades operacionais, logísticas e financeiras de Portugal acabaram por sobrepor-se a todas as outras considerações político-estratégicas.

Assim, o objetivo deste texto é descrever e analisar a política externa portuguesa com a África do Sul a fim de compreender as razões objetivas que levaram Portugal a aprofundar as relações com a África do Sul e que terminaram na formalização do “Exercício ALCORA”, que apenas teve uma duração de quatro anos devido à revolta de 25 de abril de 1974. Com aquela aliança secreta Portugal granjeou importantes apoios militares operacionais, logísticos e financeiros que ajudam a compreender melhor o que o historiador António Telo classifica como um “verdadeiro enigma histórico”, ao referir-se à capacidade de Portugal ter conseguido manter um império colonial durante 560 anos. Entre as respostas possíveis está a capacidade de Portugal conseguir os apoios necessários aos seus objetivos, nos quais a ligação à África do Sul teve um peso considerável.¹

¹ António José Telo, “As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal”, *Revista de História das Ideias* 16 (1994): 349; id., “A Prioridade a África (1959-1974)”. In *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, (Dir.) Manuel Themudo Barata and Nuno Severiano Teixeira, (Lisboa: Círculo de Leitores, (2003), 472-473.

Ajudam também a compreender o que John P. Cann classificou como um “notável feito de armas.”²

O nosso argumento baseia-se no reconhecimento do Governo português em assumir que as considerações de âmbito estratégico relacionadas com a necessidade de apoios prementes para o esforço de guerra em África se sobrepuseram a considerações de âmbito político. Apesar de poder alienar aliados, devido à aproximação a um país que vinha reforçando o apartheid desde 1948, Portugal não enjeitou a predisposição da África do Sul em ajudá-lo para a manter o “pan-africanismo” afastado das suas fronteiras. Assim, o Governo português encontrou na África do Sul um importante apoio para resistir à descolonização através de apoio material que complementava o apoio político das alianças tradicionais, especialmente a partir de 1961, quando aumentou a pressão internacional sobre a sua política colonial e o esforço de guerra teria de ser repartido por três teatros de operações (Angola, Moçambique e Guiné). Por seu lado, o Governo sul-africano considerava que a sua sobrevivência estaria dependente do sucesso português em Angola e em Moçambique, razão pela qual se disponibilizou a participar no esforço de guerra português. Esta convergência de objetivos fez com que Portugal rompesse o sentimento de *desconfiança* da década de 1950 e formalizasse uma *aliança* em 1970.

A informação mais relevante neste texto relaciona-se com a abordagem que pretendemos seguir, baseada na descentralização da pesquisa, apenas possível devido ao acesso a importante documentação nos *National Archives of South Africa* e nos *Department of Defence Archives*. A partir desta documentação, foi possível determinar a perceção que as autoridades políticas e militares sul-africanas tinham da situação em Portugal, em Angola e em Moçambique, e encontrar os fatores mais importantes na sua avaliação e posterior tomada de decisão.

Organizou-se este texto em três partes distintas. Na primeira parte, relativa à década de 1950, são apresentadas as razões que levaram Lisboa a desconfiar do Governo sul-africano quanto às suas pretensões hegemónicas na África Austral. Na segunda parte, que analisa o período de 1961 a 1968, procura-se relevar os acontecimentos que determinaram a intervenção sul-africana no distrito do Cuando Cubango, que se considera decisivo no alinhamento de estratégias na África Austral. Na terceira parte, descrevemos e analisamos a aproximação entre os dois países desde o início da intervenção sul-africana até à formalização da aliança entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia no “Exercício ALCORA”. As conclusões mais importantes que podemos retirar são o reconhecimento de que o

² John P. Cann, *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses fizeram a Guerra de África* (Lisboa: Prefácio, 2005), 23.

“Exercício ALCORA” foi um mecanismo de integração estratégica para o “reduto branco”³ dominado pela África do Sul que considerava a Rodésia, Moçambique e Angola como a sua linha de defesa avançada. Esta integração deve ser entendida em duas dimensões distintas. Do lado sul-africano significava a oportunidade para dirigir *de facto* a estratégia de contrassubversão na África Austral, garantindo que os efetivos portugueses empenhados em Angola e em Moçambique combatiam também a sua guerra. Do lado português, o “Exercício ALCORA” permitiu obter importantes apoios militares e financeiros para o esforço de guerra, garantindo a Lisboa que participava lado a lado com a África do Sul e com a Rodésia na definição do futuro do homem branco na África Austral.

Breve descrição das relações de Portugal com a África do Sul na década de 1950

O relacionamento de Portugal com a África do Sul na década de 1950 foi essencialmente moldado pelo esforço político-diplomático Pretória para desempenhar um papel de relevo na estratégia ocidental contra a União Soviética. Daniel Malan considerava que África deveria ser um continente seguro para a Civilização Cristã ocidental, o que, em colaboração com as potências com territórios em África, elevava as suas responsabilidades políticas e militares.⁴ Esta aproximação passava por ser o seu elemento central no esforço de defesa na África ao sul do Sahara que garantia aos EUA e à Grã-Bretanha o controlo da rota do Cabo. Assim, no início de 1950, o Governo sul-africano apresentou ao embaixador dos EUA em Pretória a sua disponibilidade para lutar contra a União Soviética, propondo-lhe que considerasse a inclusão da África do Sul no Pacto do Atlântico.⁵ Em agosto e outubro desse mesmo ano, pediu o apoio norte-americano para a modernização das suas forças armadas para a “luta anticomunista” que se

³ Terminologia utilizada pela Administração Kennedy para se referir ao conjunto de países e territórios dominados por governos brancos: Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul The White Redoubt [Cover Letter Entitled "Planning Group Meeting, July 10, 1962" Is Included], Secret, Report, July 6, 1962, 28 pp. Collection: South Africa.

⁴ Andre du Pisani, “Ventures into the Interior: Continuity and Change in South Africa’s Regional Policy (1948–1991),” in *Southern Africa at the Crossroads: Prospects for the Political Economy of the Region*, ed. Anthoni van Nieuwkerk and Gary van Staden (Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 1991), 191. Numa entrevista ao jornal *The Strait Times*, intitulado “Malan calls for an African Charter”, Daniel Malan considerava necessário que as potências com territórios em África, em conjunto com a África do Sul, deveriam proteger os nativos da progressão comunista no Continente (Acedido em 20 de maio de 2013, <http://newspapers.nl.sg/Digitised/Article/straitstimes19540414-1.2.29.aspx>).

⁵ *Foreign Relations of United States* (FRUS), 1950, Vol. V: The Near East, South Asia and Africa, 1815-1816.

avizinhava em África e no Médio Oriente.⁶ Deste modo, Pretória pretendia garantir a sua inserção no espaço das democracias ocidentais, apesar de ter optado pelo reforço do apartheid em 1948, depois da vitória do Partido Nacional.⁷

Porém, a indisponibilidade norte-americana fez com que Pretória tivesse de centrar o seu esforço na Europa. Em julho de 1951, em conjunto com a Grã-Bretanha, apresentou ao Governo português a necessidade de realizar em Nairobi a “African Defence Facilities Conference” com os países com territórios em África e que considerava ameaçados.⁸ A Portugal era solicitado que melhorasse e disponibilizasse as linhas de comunicações ao *hinterland* rodesiano e os seus aeródromos em Angola e em Moçambique.⁹ Porém, temendo uma ameaça à soberania sobre as “províncias”, Governo português desconfiou da proposta sul-africana.¹⁰ Por isso, levantou um conjunto de obstáculos à participação, tendo apenas decidido juntar-se à iniciativa depois de saber da participação da França e da Bélgica. Assim, Portugal juntou-se à França, Bélgica, Rodésia do Sul, Etiópia, Inglaterra e União da África do Sul e aos EUA, este como observador. O objetivo era estabelecer um acordo de princípio sobre facilidades a conceder, em caso de guerra ou de tensão, para movimentos de tropas.¹¹ No decurso dos trabalhos, a delegação portuguesa acentuou a desconfiança em relação à África do Sul por querer assumir-se como a única potência em África.¹² Não se podia esquecer que Pretória já tinha considerado integrar a Rodésia, Angola e Moçambique na União da África do Sul, durante o Governo de Jan Smuts.¹³ Os sul-africanos tinham a plena consciência de que o Governo português queria evitar um comprometimento por não admitia ser subalternizado nem ceder facilidades em Angola e Moçambique.¹⁴

⁶ *ibid.*, 1826-1836.

⁷ James J. Hentz, *South Africa and the Logic of Regional Cooperation* (Bloomington: Indiana University Press, 2005), 22.

⁸ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) – PAA, Proc. 34.1, Maço 113: Ofício do ministro da Defesa para o ministro dos Negócios Estrangeiros (3/7/1951).

⁹ AHDMNE – PAA, Proc. 341.1, Maço 113: Apontamento de conversa entre Paulo Cunha com o Embaixador Britânico (26/6/1951).

¹⁰ AHDMNE – PAA, Proc. 341.1, Maço 113: Apontamento da reunião no Secretariado da Defesa Nacional, presidida por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional (4/8/1951).

¹¹ Franco Nogueira, *Relatórios Anuais (1942 a 1955)*, Biblioteca Diplomática – Série A ([Lisboa:] Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004), 356.

¹² *ibid.*, 357.

¹³ Simon. E. Katzenellenbogen, *South Africa and Southern Mozambique: Labour, Railways and Trade in the Making of a Relationship* (Manchester: University Press, 1982), 121-123.

¹⁴ AHDMNE: PAA, Proc. 341.1, Maço 113: Relato de conversa entre o Chefe de Gabinete dos Negócios Políticos do MNE com o Ministro da União da África do Sul, Du Toit (16/3/1953); Nogueira, *Relatórios Anuais*, op. cit., 361-362.

Em julho de 1952, foi a vez da França assumir a organização de uma outra conferência, a realizar em Dacar em 1954, para garantir a cooperação das potências coloniais na defesa da África Ocidental.¹⁵ Embora mantivesse a sua posição de Nairobi, o Governo português não podia alhear-se da iniciativa.¹⁶ Por isso, impediu a delegação de aceitar decisões que “[implicassem] despesa para o Império”, que fossem contra a soberania e “que [representassem] cedências, aceitação ou compromissos de qualquer outra natureza.”¹⁷ Também não pretendia negociar “estacionamentos de tropas”, aceitar auxílios para “reprimir sublevações de indígenas” nem consentir a obrigatoriedade “para que um país participante procure encontrar uma saída para o mar à custa de um país vizinho.”¹⁸

Os sul-africanos consideravam que a intransigência de Lisboa se devia ao facto de pretender que as decisões tivessem também aplicação bilateral para comprometer os britânicos contra as pressões de Nehru sobre os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Além do mais, Portugal estava a negociar a extensão do acordo para utilização da Base da Lajes com os norte-americanos e não pretendia enfraquecer a sua posição.¹⁹ Portanto, na Conferência de Dacar, Lisboa jogava em dois tabuleiros: tentar que qualquer acordo pudesse ser utilizado para além dos interesses concretos da Conferência para garantir apoio efetivo para dissuadir a União Indiana; e demonstrar aos EUA que a dureza nas negociações para a utilização dos Açores não eram diferentes de uma qualquer outra em que estivessem envolvidos interesses vitais, como era o caso da manutenção do “Ultramar”. Porém, também não pretendia que “os territórios [portugueses] representassem vastas brechas ou vácuos” na defesa de África, mas o comprometimento deveria ser proporcional aos seus recursos e ao seu valor estratégico.²⁰ Tal como já tinha acontecido com os Açores, pretendia-se relevar a posição estratégica das “província” no controlo das mais importantes rotas marítimas no Atlântico Médio,

¹⁵ AHDMNE – PAA, Proc. 341.1, Maço 115: Relato de conversa entre F. Nogueira e o Sr. Jean-Daniel Jurgensen (9/7/1952).

¹⁶ AHDMNE – PAA, Proc. 341.1, Maço 115: Telegrama enviado do MNE para Embaixada em Bruxelas (7/12/1953).

¹⁷ AHDMNE – PAA, Proc. 34.1, Maço 116: [Pasta Conferência de Defesa do Continente Africano em Dacar – Princípios de Orientação e Trabalhos preparatórios] Informação (25/2/1954).

¹⁸ AHDMNE – PAA, Proc. 34.1, Maço 116: [Pasta Conferência de Defesa do Continente Africano em Dacar – Princípios de Orientação e Trabalhos preparatórios] Princípios Gerais de Orientação [s.a.].

¹⁹ National Archives of South Africa, Department of Foreign Affairs (NASA/DFA): Relatório da Conferência de Dacar (27/4/1954); sobre o litígio que opôs Portugal à União Indiana ver Pedro Aires Oliveira, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975* (Lisboa: Tinta-da-China, 2007); Daniel da Silva Costa Marcos, “Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos anos 1950” (Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE/IUL), 167-169.

²⁰ Nogueira, *Relatórios Anuais*, op. cit., 409-410.

Atlântico Sul e Índico. Esse era também o argumento junto da NATO, baseado na consideração de que ter territórios em África dava profundidade estratégica e era uma plataforma de ligação entre o Atlântico e o Médio Oriente.²¹ O arquipélago de Cabo Verde podia desempenhar o papel dos Açores no Atlântico Médio, enquanto que Angola e Moçambique eram relevantes no controlo da Rota do Cabo e as portas de saída do *hinterland* rodesiano e congolês, através das ligações ferroviárias para o Lobito e para a Beira.²²

Com o afastamento da Grã-Bretanha, a solidariedade demonstrada por Daniel Malan em relação a Dadrá e Nagar-Aveli (abril de 1954) contra a União Indiana parecia evidenciar que o futuro de Portugal em África poderia passar pelo comprometimento com a África do Sul.²³ Essa ideia saiu reforçada depois da Conferência de Bandung em 1955, onde Portugal e a África do Sul eram alvos principais.²⁴ Porém, depois de ter iniciado uma campanha de comunicação estratégica orientada no luso-tropicalismo, baseada nas teses do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre para entrar na ONU, Portugal não podia correr o risco de ser identificado com o apartheid sul-africano.²⁵ Uma outra razão para se afastar publicamente de Pretória era o efeito nas tensas relações com Nova Deli devido à discriminação de que eram alvo os indianos na África do Sul, não havendo necessidade dar qualquer pretexto a Nehru para dar o “golpe final na presença portuguesa na Ásia.”²⁶

O Governo sul-africano considerava que as conferências de Nairobi e Dacar tinham sido precursoras de uma aliança para defesa territorial na África Austral e que os EUA estariam dispostos a fornecer equipamento militar se isso se

²¹ FRUS, 1950, Vol. V: The Near East, South Asia and Africa, 1200-1202; Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1947): A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Volume XI (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960), 341-344.

²² AHDMNE – PAA, Proc. 341, Maço 109: Informação de Serviço “Transportes em África” (6/4/1953); AHDMNE – PAA, Proc. 341, Maço 109: Tradução do Artigo da revista *Foreign Affairs*, Vol. 31 (2), janeiro de 1953.

²³ NASA/DFA – BLB, Vol. 10: Informação da Embaixada da União da África do Sul em Lisboa com a reação da imprensa portuguesa declaração de solidariedade com Portugal feita por F. Malan (12/8/1954).

²⁴ NASA/DFA – BLB Vol. 4/1.4-2: Telegrama da Embaixada da União da África do Sul em Lisboa para MNE na Cidade do Cabo (27/4/1955).

²⁵ Ver Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou: Aspetos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colônias Portuguesas* (São Paulo: É Realizações Editora, 2010); Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto: Edições Afrontamento, 1999), 97.

²⁶ NASA/DFA – BLB, Vol. 4/1.4-2: Memorando de uma conversa entre um funcionário com Franco Nogueira em Londres acerca do acordo de Simonstown (16/5/1955).

concretizasse.²⁷ Porém, Portugal não pretendia assumir nenhuma posição que tivesse implicações políticas na ONU, onde a África do Sul “estava no lado errado”, nem dar razões para impedir a “extensão da área da NATO ao Atlântico Sul” por afastamento dos EUA.²⁸

Depois da relutância na década de 1950, seriam a alteração da postura norte-americana e britânica, e a crise do Congo, os fatores mais relevantes na aproximação dos dois países no início da década de 1960. O famoso discurso dos “Ventos de Mudança”, proferido em 3 de fevereiro de 1960 pelo primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, foi interpretado em Pretória como uma substancial alteração no sistema internacional e a evidência de que a “proteção das grandes potências estava a desaparecer.”²⁹ Também a Administração Kennedy assumiu, em relação a Portugal e à África do Sul, uma atitude de claro distanciamento por causa da questão colonial e racial. John Kennedy manteve o apoio político explícito às independências dos territórios não autônomos, nomeando Mennen Williams, um fervoroso apoiante dos movimentos de libertação africanos, como secretário assistente para África.³⁰

O massacre de Sharpeville, em 21 de março de 1960, viria a acentuar a posição norte-americana e britânica em relação à África do Sul, deixando Portugal numa situação de expectativa. O massacre coincidia com a vaga de acesso à ONU dos países africanos e asiáticos recentemente independentes, o que ampliava os protestos.³¹ Segundo alguma imprensa norte-americana, era tempo de discutir se a

²⁷ AHDMNE – PAA, Proc. 950.18, Maço 56: Ofício da Embaixada da União da África do Sul para MNE em Lisboa (10/11/1955).

²⁸ NASA/DFA – BLB, Vol. 6/1-6-10-1: Telegrama da Embaixada da União da África do Sul em Lisboa para o Secretário dos Assuntos Externos na cidade do Cabo (3/5/1956); NASA/DFA – BLB, Vol. 6/1-6-10-1: Informação Secreta sobre as questões portuguesas à conferência de defesa da Rota do Cabo (s.a.); NSA/DFA – BLO Vol. 563, File PS 29-1: Union-UK Defence Talks (1957-1959)

²⁹ NASA/DFA – BTS, Box 22/2/20 Vol. 9: Notícia intitulada “The Union Must Brace Up” (22/2/1960).

³⁰ Thomas Borstelmann, “‘Hedging Our Bets and Buying Time’: John Kennedy and Racial Revolutions in the American South and Southern Africa”, *Diplomatic History*, 24 (2000): 435-463; Thomas Noer, “The New Frontier and African Neutralism: Kennedy, Nkrumah, and the Volta River Project”, *Diplomatic History*, 8 (1984): 61-79; William Minter and Sylvia Hill, “Anti-Apartheid solidarity in United States-South African Relations: From the Margins to the Mainstream”, in *The Road to Democracy In South Africa. International Solidarity*, Vol. 3, South African Democracy Education Trust (Ed.) and Gregory F. Houston (Ed.) (Pretoria: Unisa Press, 2008), 761; John David Skrentny, “The Effect of the Cold War on African-American Civil Rights: America and the World Audience, 1945-1968”, *Theory and Society*, 27 (1998): 261; sobre as relações da Administração Kennedy com Portugal ver Luís Nuno Rodrigues, *Salazar e Kennedy: A Crise de uma Aliança* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002).

³¹ Ryan M. Irwin, “A Wind of Change? White Redoubt and the Postcolonial Movement, 1960-1963”, *Diplomatic History* 5, (2009): 905, 907-908.

repressão sul-africana era um assunto de política interna ou política internacional.³² Por isso, era “com profunda preocupação” em Lisboa que se receava que o Conselho de Segurança pudesse emitir uma resolução sem que se tivesse “oportunidade ou possibilidade de tapar ou reforçar a defesa” das “províncias”, mesmo que se fizesse em “termos jurídicos ou simbólicos conforme as circunstâncias”, numa clara alusão ao Estatuto do Indigenato.³³

Mas depois da independência do Congo, em 30 de junho de 1960, os sinais começaram a mudar. O caos resultante serviu como “excelente exemplo para os segregacionistas” norte-americanos utilizarem contra o acesso dos negros ao poder.³⁴ Nos meses seguintes, os contactos entre sul-africanos e portugueses evidenciavam a necessidade de um entendimento, porque “chegaria o momento em que a União, a Rodésia do Sul e Portugal” teriam de permanecer firmes na África Austral. A defesa da África do Sul começava em Angola, onde, segundo o embaixador português em Pretória, desejaria participar para que a sua luta se travasse “fora das fronteiras da União”. As autoridades sul-africanas tinham urgência em coordenar planos de defesa, porque Angola e Moçambique eram essenciais, sendo até verosímil a intervenção militar direta se o dispositivo militar português se revelasse ineficaz.³⁵ Todavia, o embaixador considerava ser necessário considerar os perigos da publicidade que se faria de uma aliança formal com a África do Sul, sugerindo que a cooperação se fizesse ao nível técnico-militar e com a maior reserva.³⁶

A cooperação militar seria abordada em setembro de 1960 pelo general Stephen Melville, comandante das Forças Armadas da União da África do Sul, durante uma visita a Moçambique.³⁷ Melville pretendia saber qual a predisposição do Governo português para um tratado ou acordo de defesa, uma vez que tinha

³² AHDMNE – PAA, Proc. 950.18, Maço 60: Ofício da Embaixada de Portugal em Washington com recortes de vários jornais norte-americanos (30/3/1960); Hentz, op. cit., 24.

³³ AHDMNE – PAA, Proc. 950.18, Maço 60: Telegrama da Embaixada de Portugal na Cidade do Cabo (11/4/1960).

³⁴ Thomas Noer, “Segregationists and the World: The Foreign Policy of White Resistance”. In *Window on Freedom: Race, Civil Rights, and Foreign Affairs, 1945-1998*, ed. Brenda Gayle Plummer (The University of North Carolina Press, 2003), 143-144.

³⁵ Cf. AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Telegrama da Embaixada de Portugal em Pretória (13/6/1960); AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Telegrama da Embaixada de Portugal em Pretória (22/7/1960); AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Telegrama da Embaixada de Portugal em Pretória (20/8/1960); AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Telegrama da Embaixada de Portugal em Pretória (21/8/1960).

³⁶ AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Telegrama da Embaixada de Portugal em Pretória (20/8/1960).

³⁷ A visita do general S. Melville foi amplamente noticiada pelos jornais de Lourenço Marques, naquilo que parece ser a demonstração de que a África do Sul não enjeitaria o apoio militar se fosse necessário. Consultar NASA/DFA – BLM, Vol. 26, File 51-4. African Defence. 1960-1962.

chegado o momento de entre os dois países se estabelecer “um qualquer espécie de arranjo militar.”³⁸ Sem ser necessária “uma aliança ou mesmo um tratado”, Melville pedia que se estudasse como é que os dois países se poderiam ajudar mutuamente.³⁹ No seio do Governo português a ideia era positiva, mas devia ser abordada com cautela. Salazar considerava que “havia vantagem em iniciar sem demora conversas no plano técnico e não ministerial.”⁴⁰ O ministro da Defesa, general Botelho Moniz, considerava que a cooperação devia ser traduzida em fornecimento e manutenção de material, e refutar qualquer auxílio que se traduzisse “na intervenção ou simples ação de presença” de tropas, viaturas ou aeronaves que ostentassem a bandeira sul-africana.⁴¹ Por isso, a partir de novembro de 1960, ficou assente que os contactos se fariam através dos adidos militares das embaixadas dos dois países. Contrariamente ao que pretendiam os portugueses, as chefias militares sul-africanas consideravam “que conversações militares deveriam ser precedidas de acordo ao nível do Governo onde [ficassem] definidas as diretrizes e o quadro em que aquelas se [deveriam] desenvolver.”⁴²

De Luanda ao Cuando Cubango: O início da Aliança Informal

A partir das revoltas em Angola, criou-se nas chefias militares e política sul-africanas que Portugal só conseguiria resistir com o seu apoio. O assalto à prisão de Luanda foi o primeiro alerta.⁴³ Em Pretória a revolta em Angola resultava da política colonial de Salazar, nomeadamente o trabalho forçado e a falta de infraestruturas de apoio social para os negros.⁴⁴ Havia a ideia de que Portugal não conseguiria aguentar uma guerra prolongada e que o problema angolano era também um problema sul-africano. A primeira evidência foi o pedido do general

³⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANT) – AOS/CO/UL-55, Pasta 1: Acordo com a África do Sul (20/9/1960); AHDMNE – Coleção de Telegramas Secretos e Confidenciais (CETSC), Pasta 2: Aerograma enviado da Embaixada de Portugal em Pretória (27/8/1960).

³⁹ AHDMNE – CETSC, Pasta 2: Aerograma enviado da Embaixada de Portugal em Pretória (27/8/1960).

⁴⁰ IANTT – AOS/CO/UL-55, Pasta 1: Manuscrito de Oliveira Salazar (17/11/1960).

⁴¹ AHDMNE – PAA, Proc. 927, Maço 368: Parecer do ministro da Defesa Nacional quanto à formalização de um acordo de cooperação militar com a África do Sul (16/11/1960).

⁴² IANTT – AOS/CO/UL-55, Pasta 1 – Ofício do MNE para Secretário Adjunto da Defesa Nacional (2/1/1961).

⁴³ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/6 Vol. 2: Notícia do jornal *Cape Times* intitulada “Angola Enemies of Salazar” (13/2/1961); Notícia do jornal *The Star* intitulada “Angola’s Sharpeville Week. Suicide Attacks by desperate Men – and 70 are Dead” (15/2/1961); Notícia da revista *The Economist* intitulada “Portugal in Africa” (18/2/1961).

⁴⁴ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/6 Vol. 2: Notícia do jornal *The Star* intitulada “Ferment in Portugal’s Colonies” (22/2/1961).

Resende, comandante da Zona Aérea de Angola, ao cônsul em Luanda para que o se disponibilizasse a apoiar as forças portuguesas com meios aéreos. O general sublinhou ao cônsul que a revolta em Angola era essencialmente uma revolta “nacionalista e antibrancos” que ameaçava também o regime sul-africano.⁴⁵ A percepção sul-africana agravou-se ainda mais quando a questão de Angola foi levada a discussão no Conselho de Segurança sem Portugal poder contar com o apoio dos EUA.⁴⁶ Isto era “um sinal da mudança que estava em curso na política norte-americana em relação ao colonialismo português”. A Administração Kennedy tinha reformulado a política para África, passando a adotar a política anticolonialista como medida preventiva ao aumento da influência soviética no continente.⁴⁷ A Resolução foi votada a 15 de março com os EUA a votarem contra Portugal, rompendo a “solidariedade ocidental” que até então aceitava o regime português.⁴⁸ Só a Espanha e a África do Sul haviam apoiado Portugal. Foi um rude golpe para Salazar, mas podia contar com o apoio sul-africano que já tinha notado com agrado a sua determinação em enfrentar os EUA e a Inglaterra no caso do Pacote Santa Maria.⁴⁹

Uma sucessão de acontecimentos viria a piorar as previsões sul-africanas. No mesmo dia em que se votou no Conselho de Segurança (15 de março), o movimento União das Populações de Angola (UPA), liderada por Holden Roberto, matava centenas de negros, mestiços e brancos. A ampla cobertura da imprensa portuguesa com o intuito de despertar o sentimento patriótico deixou a população branca em Luanda e Lisboa em estado de choque.⁵⁰ Segundo o jornal *The Star* de 18 de março, também os cidadãos sul-africanos a colocavam em dúvida a capacidade de Portugal em evitar que os acontecimentos degenerassem no caos do Congo.⁵¹ Em abril de 1961 foi vez do general Botelho Moniz tentar afastar Salazar através de um golpe com o apoio do ex-presidente Craveiro Lopes.

⁴⁵ NASA/DFA – BTS, Box 1/22/1 Vol. 2: Ofício do cônsul-geral da África do Sul em Luanda (5/3/1961).

⁴⁶ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/6 Vol. 2: Nota da Missão Permanente da África do Sul na ONU (10/3/1961).

⁴⁷ Luís Nuno Rodrigues, “Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)”, in *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, coord. Manuela Franco (Lisboa: IPRI/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006), 64-65.

⁴⁸ Cf. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência*, Vol. V (Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000), 214.

⁴⁹ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/6 Vol. 2: Telegrama da Embaixada da África do Sul (s.a.). Sobre o episódio do assalto ao pacote Santa Maria e suas repercussões nas relações luso-americanas, consultar Rodrigues, *Salazar e Kennedy...*, op. cit., 37-44.

⁵⁰ Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar: Uma Biografia Política*, 2ª Edição (Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010), 493.

⁵¹ NASA/DFA – BTS, Box 1/22/1 Vol. 2: Notícia do jornal *The Star* intitulada “Fears of Another ‘Congo’ in Angola” (18/3/1961).

B. Moniz discordava da posição imobilista de Salazar, era sensível às pressões norte-americanas e estava disposto a apoiar uma autonomia progressiva e uma autodeterminação a prazo que fosse sustentada militarmente. Em Pretória todos estes acontecimentos eram acompanhados com muita preocupação.⁵²

Todavia, de um momento para o outro Salazar recuperou do choque. O Governo português tinha sabido capitalizar os acontecimentos em Angola e o “assalto” ao pacote Santa Maria a seu favor, conseguindo “unir a população em torno do Governo.”⁵³ A consequente remodelação governamental trouxe para a primeira linha Adriano Moreira e Franco Nogueira. O primeiro teve como missão abolir o Estatuto do Indigenato para minimizar o coro de críticas internacionais, ainda que com sucesso muito relativo. O segundo, no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, era um importante reforço da determinação política de Salazar por ser um profundo conhecedor dos meandros da ONU e dos assuntos africanos. Poucos dias depois de tomar posse, F. Nogueira manifestou ao embaixador sul-africano que a política externa portuguesa estava a ser reconsiderada, porque já não podia contar com o apoio automático das potências ocidentais.⁵⁴

Apesar de reconhecer determinação política a Salazar, o Governo sul-africano considerava que a situação militar em Angola era demasiado grave. A mesma opinião era partilhada pela Rodésia do Sul, que considerava que era toda a África Austral que estava em perigo se Angola caísse sob controlo dos nacionalistas negros.⁵⁵ Por essa razão, em julho de 1961, o ministro da Defesa sul-africano, Jim Fouché, veio a Lisboa “informar-se com minúcia” da situação em Angola, nos planos políticos e militares para Angola e Moçambique. Fouché expressou a Salazar a “preocupação da África do Sul e a sua boa vontade em auxiliar Portugal”. Mas Salazar considerava que não havia ainda necessidade de novos “arranjos” ou uma “aliança formal.”⁵⁶ O cenário adensou-se depois da invasão de Goa, Damão e Diu, em dezembro de 1961.⁵⁷ Isso era tanto mais grave

⁵² NASA/DFA – BTS, Box 1/14/6 Vol. 2: Notícia do jornal *Rand Daily Mail* intitulada “Military Junta May Oust Salazar to Cope with Angola” (17/4/1961); Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Diccionario de História do Estado Novo*, Vol. II (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 620.

⁵³ Documentos do Projeto I&D “Política Militar Portuguesa” do CINAMIL (PICAM) – National Archives Kew (NAK), FO 371: Ofício da Embaixada britânica em Lisboa para o Foreign Office (12/3/1961).

⁵⁴ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/1 Vol. 4: Ofício da Embaixada da África do Sul em Lisboa (3/5/1961).

⁵⁵ NASA/DFA – BSB, Box 33, S. 89: Relatório do Gabinete de Segurança e Informações da Federação das Rodésias (10/4/1961).

⁵⁶ Nogueira, *Salazar: A Resistência*, op. cit., 294-295.

⁵⁷ NASA/DFA – BTS, Box 1/190/1: Ofício do embaixador da África do Sul em Lisboa (28/12/1961).

porque os EUA e a Grã-Bretanha não haviam conseguido evitar que Nehru recorresse à força militar.

Depois da queda da “Índia Portuguesa”, o Governo português informou o embaixador sul-africano em Lisboa de que considerava complementar as suas alianças tradicionais através de “alianças bilaterais com a Rodésia e com a África do Sul.”⁵⁸ Assim, começava a criar-se a ideia de que o caminho mais seguro para manter Angola e Moçambique era a formação de um bloco militar na África Austral.⁵⁹ A crise do Congo já havia desencadeado uma aproximação formal entre os serviços de informações e forças militares dos três países. A partir do início da revolta em Angola, passou também a ser referida a necessidade de se criar uma rede de obtenção e difusão de *intelligence* de forma coordenada para desorganizar os movimentos subversivos na África Austral.⁶⁰

De facto, a queda da Goa marcou um ponto de viragem na relação do Governo português com a África do Sul, depois da dificuldade de um entendimento bilateral de nível ministerial na década de 1950. Em janeiro de 1962, o *Diário de Notícias* sublinhava que uma aliança entre Portugal, a Federação da África Central e a África do Sul “constituiria formidável bastião militar em África.”⁶¹ Em meados de 1962, a população branca sul-africana era unânime em aceitar o estreitamento dos laços económicos, políticos e militares com Moçambique, Angola e Federação da África Central, apesar de alguns membros do Partido Nacional demonstrarem “desprezo” pela política racial portuguesa.⁶² Na ONU, a colaboração entre os dois países era também indisfarçável, embora houvesse o cuidado em evitar qualquer evidência de uma frente unida contra o pan-africanismo.⁶³

⁵⁸ NASA/DFA – BLB Vol. 8: Informação do Embaixador da África do Sul em Lisboa (18/2/1962); Esta aproximação está de acordo com um estudo elaborado por um diplomata português e entregue a Salazar depois do seu discurso na Assembleia Nacional no início de 1962 como consequência da queda de Goa (ver em Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) – AOS/CO/NE-30 B: Estudo sobre política externa portuguesa (1962)).

⁵⁹ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 237: Nota da Embaixada sul-africana enviada para Pretória (28/11/1962).

⁶⁰ Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974* (Lisboa: Terramar, 2004), 359.

⁶¹ AHDMNE – PAA, Proc. 331.1, Maço 368: Notícia do jornal *Diário de Notícias* intitulado “Uma Aliança” (1/1/1962).

⁶² AHDMNE: PAA, Proc. 927, Maço 368: Ofício da Embaixada de Portugal na África do Sul (4/7/1962); AHDMNE – PAA, Proc. 331.1, Maço 368: Notícia do jornal *Evening Star* intitulado “Defense Alliance Plan Rejected by South Africa” (14/3/1962); AHDMNE – PAA. Proc. 960.18, Maço 1132: Aerograma da Embaixada de Portugal na Cidade do Cabo (5/4/64).

⁶³ NASA/DFA – BTS, Box 1/22/1, Vol. 5: Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul (17/1/1962); NASA/DFA – BTS, Box 1/22/1, Vol. 6: Relatório do representante permanente da África do Sul na ONU (9/2/1962).

Porém, o relacionamento não estava isento de alguns atritos, como foi o caso de uma votação sobre do Sudoeste Africano, em que Portugal se absteve na condenação a Pretória em vez de votar contra, como era hábito.⁶⁴ Havia também alguns responsáveis em Lisboa, como Adriano Moreira, que consideravam ser necessário não dar alento a “certos projetos” e não dar mais razões para aumentar a simpatia da população branca com a África do Sul, num momento em que Portugal se debatia com dificuldades para conter a rebelião.⁶⁵

Mas eram as questões de defesa e de cooperação que dominavam as relações no “reduto banco”. Em julho de 1962, o cônsul-geral sul-africano em Salisbúria, H. Taswell, solicitou ao cônsul P. Bastos a troca de informações regulares.⁶⁶ Em fevereiro de 1963, foi a vez de a Federação da África Central britânica propor a realização de conversações tripartidas.⁶⁷ Em julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, E. Louw, viajou para Lisboa para coordenar estratégias de abordagem aos problemas comuns.⁶⁸ Em fevereiro de 1963, elementos dos serviços de informações reuniram-se em Lourenço Marques para coordenar ações e acertar a partilha de informações para abrir caminho a “um acordo ou compromissos maiores.”⁶⁹ Em setembro de 1963, uma delegação de militares sul-africanos, a convite do ministro Sarmiento Rodrigues, visitou Moçambique para se aperceberem da situação e contactarem com os militares portugueses no terreno.⁷⁰ Segundo F. Verwoerd, “era mais necessário que nunca [...] a cooperação em matérias de mútua preocupação”, disponibilizando-se para conceder ajudas se fosse necessário.⁷¹ Desde finais de 1963 que a África do Sul utilizava o aeroporto do Sal (Cabo Verde) devido à ameaça de boicote do espaço aéreo à sua aviação comercial.⁷² Em outubro de 1964, H. Muller, o novo ministro

⁶⁴ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1139: Telegrama da delegação de Portugal na ONU (21/11/1962).

⁶⁵ AHDMNE – GNP-MU, Arm. 11, Gav. 2, Maço 313: Informação nº 295 (7/2/1962).

⁶⁶ AHDMNE – PAA, Proc. 960.12, Maço 1132: Ofício do Consulado de Portugal em Salisbúria (2/8/62).

⁶⁷ IANTT – AOS CO/NE-30B, Pasta 22: Conversa entre F. Nogueira e o embaixador da África do Sul em Lisboa (13/2/1963).

⁶⁸ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Discurso de Franco Nogueira no banquete oferecido ao ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, E. Louw (6/5/1963).

⁶⁹ AHDMNE – PAA, Proc. 927.17, Maço 368: Telegrama do Consulado de Portugal em Salisbúria (6/2/1963).

⁷⁰ South Africa National Documentation Centre, Department of Defence Archives (SANDC/DDA) – LB. MV-B GRP 2, Box 23, File 256-5: Ofício do Comandante das Forças Armadas da África do Sul (20/9/1963); Cf. SANDC/DDA – LB. MV-B GRP 2, Box 23, File 256-5: Ofício do Comandante das Forças Armadas da África do Sul (20/9/1963).

⁷¹ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Carta de H. Verwoerd a O. Salazar (17/9/1963).

⁷² NASA/DFA – BTS, Box 10/6/28, Vol. 2: Ofício do representante da África do Sul em Salisbúria (26/9/60); Cf. IANTT – AOS CO/UL-55, Pasta 1: Acordos com a África do Sul; Cf. AHDMNE –

dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, veio a Lisboa assinar um conjunto de acordos de cooperação no âmbito da exploração do Rio Cunene e a revisão da Convenção de Moçambique.⁷³

O ano de 1964 viria também a ser de intensos contactos por causa do apoio ao primeiro-ministro do Catanga, Moisés Tschombé. Se o primeiro-ministro Catanguês fosse derrotado a situação na África Austral pioraria significativamente.⁷⁴ Por isso, Salazar gostava de sublinhar que a defesa da África Austral devia ser tomada como um todo, sendo mais vantajoso à África do Sul defender-se a milhares de quilómetros das suas fronteiras, numa clara alusão à participação no esforço de guerra português.⁷⁵ Neste âmbito, há que considerar que o apoio de Portugal ao primeiro-ministro Ian Smith da Rodésia do Sul, fazia também parte da sua estratégia para transferir parte significativa do esforço de guerra para a África do Sul.⁷⁶

Em meados de 1965, na eminência de uma crise gerada pela possível independência da Rodésia, o cônsul-geral da África do Sul em Luanda considerava do mais “elementar senso comum” que manter Angola e Moçambique sob controlo de Lisboa era um objetivo estratégico. Por conseguinte, para “evitar o desastre” propunha que se estabelecessem contactos ao mais alto nível o mais rapidamente possível.⁷⁷

Agosto de 1966 marcaria o início do envolvimento sul-africano em Angola. Um grupo da SWAPO foi interceptado pela polícia sul-africana no Sudoeste Africano, denotando a permeabilidade do sul de Angola. Por essa razão, o Governo sul-africano, liderado agora por J. Vorster, perguntou a Lisboa de “que

PAA, Maço 1132; cf. NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3, Vol. 3: Referência encontrada numa carta do ministro das finanças para o ministro dos transportes (18/10/1971).

⁷³ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Circular nº 26 dos Serviços de Informação do MNE (14/10/1964).

⁷⁴ Sobre o apoio de Portugal a Moisés Tshombé ver Rui Bonita Velez, *Salazar e Tschombé: O Envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*, Colecção Fim do Império, nº8 (Linda-a-Velha: Edições DG, 2012).

⁷⁵ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 1: Reunião de Harold Taswell com Salazar (14/8/1964); AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Carta de H. Verwoerd a Oliveira Salazar (17/9/1963); NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 1: Reunião entre Harold Taswell com Salazar (14/8/1964).

⁷⁶ Sobre as relações de Portugal com a Rodésia ver Pedro Aires Oliveira, *Os Despojos da Aliança...*, 303-308, 324-347; António José Telo, “As Guerras de África...”, op. cit., 347-348; Luís Barroso, *Salazar, Caetano e o ‘Reduto Branco’: a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)* (Porto: Fronteira do Caos Editores, 2012), 173-198; Id. *Salazar e Ian Smith: O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1969)* ([Lisboa:] Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009).

⁷⁷ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 237: Ofício do Consulado-Geral da África do Sul em Luanda (22/4/1965).

tipo de ajuda necessitava”, por considerar que sem ajuda financeira e material militar massivos Portugal não conseguiria manter Moçambique e Angola.⁷⁸ Ao contrário de F. Verwoerd, J. Vorster considerava necessário incrementar as relações com outros países africanos para aumentar a aceitação internacional da África do Sul e manter em simultâneo o “cordão sanitário” a proteger a suas fronteiras.⁷⁹ Assim, em abril de 1967, Pieter Botha, o novo ministro da Defesa, veio a Lisboa para transmitir pessoalmente a F. Nogueira “que lhes parecia útil uma ligação, um entendimento para melhor defesa de toda a África Meridional”, porque “chegara o momento de Portugal e a África do Sul conversarem mais intimamente”. Por isso, era importante que os generais iniciassem conversações, disponibilizando material militar a preço simbólico.⁸⁰ Pretória pretendia também que Portugal levasse a cabo uma “política de fixação de portugueses europeus no Ultramar” para que “todos fossem muito fortes”, para a qual muito contribuiria o desenvolvimento dos projetos do rio Cunene e de Cabora Bassa.⁸¹

Em finais de julho de 1967, F. Nogueira retribuiu a visita para “estreitar e alargar as excelentes relações existentes” e englobar Angola e Moçambique na estratégia sul-africana, sublinhando que a ameaça não se confinava aos territórios portugueses. Ouviu com agrado J. Vorster dizer que “as províncias” faziam parte do conjunto constituído por toda a África Meridional, que considerava que “a luta de Portugal em Angola e Moçambique era absolutamente vital” e que “tinha a consciência de que a África do Sul dificilmente sobreviveria ao colapso português”. Por conseguinte, estava disposto a auxiliar com o que pudesse, inclusive intervir diretamente.⁸² Desta reunião resultaria um pedido de fornecimento de munições, minas e viaturas militares, que começaria a ser levado a cabo a partir de 1968.⁸³

Foi com este enquadramento que se iniciou o envolvimento militar sul-africano no distrito de Cuando Cubango.⁸⁴ Em 1968, foi formalizado um acordo de cooperação para apoio aéreo no sul de Angola a partir da base aérea em Runtu,

⁷⁸ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 237: Ofício do cônsul da África do Sul a um conselheiro do MNE da África do Sul (21/12/1966).

⁷⁹ Hentz, *op. cit.*, 25-31.

⁸⁰ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Relato de Conversa de F. Nogueira com P. Botha, ministro da Defesa da África do Sul (7/4/1967).

⁸¹ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1132: Relato de Conversa de Silva Cunha com P. Botha, ministro da Defesa da África do Sul (7/4/1967).

⁸² IANTT – AOS-CO-NE/30-A, Pasta 21: Relato de conversa entre Franco Nogueira e o primeiro-ministro da África do Sul, John Vorster (26/7/1967).

⁸³ SANDC/DDA – Chief of Defence Staff Commandant General Group, Box 83, HVS-206-436-6-1: Informação do adido militar da África do Sul em Lisboa (21/9/1967).

⁸⁴ SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: memorando de reunião entre o General Fraser, general C. Pina e o ministro Gomes Araújo (23/7/1968).

no Sudoeste Africano, que envolvia 8 helicópteros Alouette III (Al III) e 6 aviões Cessna 185. Foi criado um Centro Conjunto de Apoio Aéreo em Cuíto Cuanavale, guarnecido com oficiais da Força Aérea Portuguesa, um elemento da PIDE e um oficial de ligação sul-africano. Os Al III serviam para operações helitransportadas com paraquedistas e comandos portugueses.⁸⁵ Aproveitando a sua predisposição, em meados de 1968 o Governo português pediu à África do Sul um empréstimo de 50 milhões de rands. A quantia seria concedida em material de guerra e em ouro, ficando de fora o valor do material obsoleto que Pretória vinha cedendo por empréstimo definitivo desde 1964.⁸⁶ Porém, os militares sul-africanos consideravam que a ajuda teria de ser acompanhada de um maior envolvimento no terreno para poder influenciar as operações conduzidas pelas tropas portuguesas, através do envio de representantes junto dos comandos militares. Consideravam que para eliminar a subversão, havia que garantir estabilidade económica e social às populações, acelerar os projetos hídricos de Cabora Bassa e do rio Cunene e dar prioridade ao desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, caminhos de ferro e aéreas, em especial no distrito de Cuando Cubango.⁸⁷ Portanto, havia sinais claros de que a África do Sul ajudaria Portugal desde que tivesse um papel decisivo na condução estratégica da guerra.

Da Aliança Informal ao “Exercício ALCORA”

Em abril de 1967, os ministros da Defesa e respetivos chefes de estado-maior reuniram-se para coordenar ações no futuro, como a assistência em material, a utilização e construção de infraestruturas, a produção de munições, produção de doutrinas e a troca de informações.⁸⁸ Como consideravam que os portugueses também travavam a sua luta, os sul-africanos deveriam colaborar para numa primeira fase derrotarem a subversão e, numa segunda fase, apoiar o desenvolvimento económico e financeiro necessário à melhoria do nível vida dos negros.⁸⁹ Em setembro, o chefe de Estado-Maior do Exército, general Câmara Pina, pediu ao embaixador em Lisboa o fornecimento urgente de viaturas, minas e

⁸⁵ Arquivos da Defesa Nacional (ADN) – Caixa 5961, Pasta 1: Apoio Aéreo da “SA Air Force” no Sudoeste de Angola (14/6/1968).

⁸⁶ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 237: Carta do Gabinete de Vorster para o Embaixador de Portugal em Pretória (16/7/1969).

⁸⁷ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 237: Proposed Military Conditions to attach to the granting of a loan to Portugal (s.a.).

⁸⁸ SANDC/DDA – Chief of Defence Staff Commandant General Group, Box 83, HVS-206-436-6-1: Memorando da reunião entre o Chefe do Estado-Maior de Exército português, General Câmara Pina, e o Chefe do Estado-Maior do Exército sul-africano, Tenente-General C. A. Fraser em Lisboa (26/5/1967).

⁸⁹ SANDC/DDA – Chief of Defence Staff Commandant General Group, Box 83, HVS-206-436-6-1: Ofício do Comandante das Forças Conjuntas da África do Sul ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas da África do Sul (12/7/1967).

outras munições.⁹⁰ Entre meados de 1968 e meados de 1969, ficou acordado que a África do Sul iria oferecer material, algum considerado obsoleto, no valor de 11 milhões de rands; a venda de helicópteros Al III, de viaturas AML-60 Panhard e de munições, no valor de 6,6 milhões de rands; e a concessão de um empréstimo em ouro no valor de 18,4 milhões de rands.⁹¹ Esta era uma importante ajuda para reverter a situação no Cuando Cubango, onde a “SWAPO, o MPLA e outros movimentos atuavam com maior coordenação.”⁹² Todavia, para que a colaboração se mantivesse, P. Botha considerava insuficiente a solução militar. Por isso, Portugal teria de “agregar a população para o lado das forças contra-subversivas” e empenhar mais e melhores forças na região.⁹³ J. Vorster e P. Botha consideravam que o apoio em larga escala teria de depender da sua influência na estratégia militar.⁹⁴ E de facto, depois de o general Fraser sugerir o reforço do dispositivo no Cuando Cubango com um batalhão e com forças especiais, o ministro da Defesa português ordenou que se executasse para que os sul-africanos mantivessem o seu apoio militar e financeiro.⁹⁵

Durante 1967 e 1968, a situação militar em Tete, Nampula (Moçambique) e no sudeste de Angola tinha sofrido uma importante deterioração, o que preocupava seriamente os responsáveis políticos e militares da Rodésia e da África do Sul.⁹⁶ Por conseguinte, em janeiro de 1969, a Rodésia apresentou o “Contingency Planning for the Defence of Southern Africa”, que tinha como finalidade estabelecer contactos para a criação de um pacto militar na África

⁹⁰ SANDC/DDA – Chief of Defence Staff Commandant General Group, Box 83, HVS-206-436-6-1: Informação do adido militar da África do Sul em Lisboa (21/9/1967).

⁹¹ SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: Memorando de reunião dos membros do gabinete do ministro da Defesa sul-africano intitulado (2/5/1968); SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: Carta do general Viana Rebelo a P. Botha (27/5/1969).

⁹² SANDC/DDA – LB. MV-B GRP 2, Box 23, File 256-5: Carta de P. Botha a H. Sá Viana Rebelo (20/11/1969).

⁹³ SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: Sumário das discussões entre o ministro da Defesa da África do Sul e o ministro da Defesa de Portugal na Cidade do Cabo (10/2/1969).

⁹⁴ SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: Proposta de condições militares a anexar às condições do empréstimo a Portugal (10/2/1969).

⁹⁵ ADN – Caixa 6114, Pasta 5: Alteração do dispositivo na RMA (31/5/1969).

⁹⁶ Cf. PICAM – National Archives and Records Administration (NARA), CFPF, 1967-1969, Box 2353, “POL 23 MOZ 1/1/67”: Aerograma do Cônsul dos EUA em Lourenço Marques (19/3/1969); Cf. ADN – Caixa 3036, Peça 2: “Cooperação com Países Vizinhos – Rodésia” (12/11/69): Cf. SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, MV56-4 SA Army-Portugal Vol. 1.13: memorando de reunião entre o General Fraser, general C. Pina e o ministro Gomes Araújo (23/7/1968).

Austral.⁹⁷ Esta estratégia pouparia muitos recursos e fomentaria a standardização do equipamento militar.⁹⁸

Em março de 1970, uma delegação sul-africana chefiada pelo general Fraser veio a Lisboa propor ao general Venâncio Deslandes o “Plano de Defesa para a África Austral”, que era um passo decisivo para a direção da condução estratégica da guerra na região. Os sul-africanos estavam a exercer um enorme esforço militar e financeiro no apoio a Portugal e à Rodésia. O apoio aéreo no distrito do Cuando Cubango, designado como “Operação Bombaim”, tinha consumido, entre junho de 1968 e dezembro de 1969, mais de 2 milhões de rands.⁹⁹ Fraser considerava que o que estava a correr mal no sul de Angola se devia a um rol de causas, como a escassez de administração nas áreas rurais, a falta de cooperação interdepartamental, o colapso no programa de aldeamentos, a insuficiência de fundos para ação civil e a falta de determinação na prossecução das operações psicológicas. Assim, era necessário um crescente número de militares de elite para complementar a ação das unidades de quadrícula, uma vez que a maioria dos militares de complemento não estavam suficientemente motivados nem tinham a formação e treino adequados.¹⁰⁰

Na sequência, em junho de 1970 J. Vorster encontrou-se com M. Caetano em Lisboa para lhe dizer que tinha chegado o momento de incluir definitivamente Angola e Moçambique na estratégia global sul-africana. Isto evidenciava a “falta de confiança” na capacidade de Portugal poder controlar a situação nos seus territórios em África.¹⁰¹ Depois de vários pedidos de apoio desde 1968, o Governo português apresentou ao Governo sul-africano uma extensa lista de material a obter por cedência e empréstimo que ascendia a 131 milhões de rands. Até final de 1973, as negociações entre os dois Governos redundaram na assinatura de um contrato de empréstimo de 150 milhões de rands, dos quais 100 milhões em ouro para aquisição de material e equipamento (na África do Sul ou qualquer outro país) e o restante montante em material e equipamento a ceder definitivamente. Este empréstimo, formalizado já em março de 1974, iria ser dividido em tranches de 20 milhões de rands durante cinco anos para aquisição de munições, rádios,

⁹⁷ ADN – Caixa 5696, Peça 21: Carta do ministro dos Negócios Estrangeiros para o general CEMGFA (4/2/69).

⁹⁸ ADN – Caixa 5696, Peça 21: Documento do Joint Planning Staff (6/1/69).

⁹⁹ ADN – Caixa 5568, Pasta 2: Análise de custos da “Operação BOMBAIM”, ao apoio aos portugueses: período de JUN68 a DEZ69.

¹⁰⁰ Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército (AHMEME) – FO 7/B, Série 44, Cx. 370: Exercício ALCORA – Plano de Defesa para a África Austral (Exposição Sul-Africana) (Março de 1970).

¹⁰¹ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1133: Manuscrito com as linhas de orientação para as conversações de M. Caetano com o primeiro-ministro J. Vorster (29/5/1970).

viaturas, helicópteros, aviões Mirage e mísseis antiaéreos Crotale.¹⁰² Até ao 25 de abril de 1974, chegaria a ser entregue a quantia de 5 milhões de rands. Apesar da mudança política em Lisboa, foi ainda criado em maio de 1974 o Comité de Assistência África do Sul/Portugal (documentado como POSAAC) que tinha a finalidade de executar o programa e “prestar o máximo apoio” a Portugal.¹⁰³ O envolvimento sul-africano tinha redundado numa alteração profunda nas fontes de fornecimento de material e equipamento militar de Portugal, substituindo o apoio tecnológico e material que lhe começava a faltar da França e da RFA.¹⁰⁴

Para além das questões puramente militares, o aprofundamento de relações entre Portugal e a África do Sul foi também catalisado por outros fatores. Em primeiro lugar há que referir a importância que o Governo português e o Governo sul-africano deram à entrada de Richard Nixon na Casa Branca, depois dos difíceis anos da Administração Kennedy e da aparente apatia da Administração Johnson.¹⁰⁵ Em finais de março de 1969, depois de R. Nixon prometer a M. Caetano que iria auxiliar Portugal, a Casa Branca ordenou o fim dos contactos com a FRELIMO e diminuiu o apoio a H. Roberto (líder da UPA).¹⁰⁶ Em abril, R. Nixon afirmou a F. Nogueira que as atitudes das anteriores administrações tinham sido “injustas” e que as “coisas [iriam] mudar”, porque Portugal era um “aliado e amigo valioso.”¹⁰⁷ A mudança de política na Casa Branca com o “reduto branco” ficou claramente expressa no documento National Security Study Memorandum 39 (NSSM 39). Datado de janeiro de 1970, este documento, preparado por H. Kissinger, recomendava a Nixon que afrouxasse a postura com a África do Sul devido aos interesses americanos na África Austral.¹⁰⁸ Os EUA não podiam descurar a sua importância no controlo da rota do Cabo, evidenciada depois da Guerra dos Seis Dias (1967); a necessidade de utilização do seu espaço aéreo para

¹⁰² AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1140: Memorial do acordo de empréstimo de 150 milhões de rands, assinado com a África do Sul (18/9/1975). Cf. ADN – Caixa 833, Peça 9: Acordo de empréstimo de 150 milhões de rands, assinado com a África do Sul; SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, File 56-5 Vol. 3: Lista de material enviada pelo ministro Viana Rebelo a P. Botha (s.a.).

¹⁰³ SANDC/DDA – LB. MVV GRP 4, Box 160, File MV-51-5: Minuta da reunião inaugural do Comité de Assistência África do Sul/Portugal (POSAAC) (7/5/1974).

¹⁰⁴ Telo, “A Prioridade a África (1959-1974)”, op. cit., 472-473.

¹⁰⁵ Sobre a política de Richard Nixon com a África do Sul, em especial no que respeita ao NSSM39, consultar Alex Thomson, *U.S. Foreign Policy Towards Apartheid South Africa, 1948-1994: Conflict of Interests* (N.Y.: Palgrave Macmillan, 2008), 63-87.

¹⁰⁶ Whitney W. Schneidman, *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*, (Lisboa: Tribuna da História, 2005), 163-164.

¹⁰⁷ Nogueira, Franco, *Diálogos Interditos*, Vol. II (Lisboa: Editorial Intervenção, 1979), 250-252; sobre as relações entre Caetano e Nixon ver José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal: Os Anos de Richard Nixon (1969-1974)* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986).

¹⁰⁸ Mohamed El-Khaswas and Barry Cohen (Ed.), *National Security Study Memorandum 39 – The Kissinger Study of Southern Africa (Secret)*, (Westport: Lawrence Hill & Company, 1976), 12.

acesso mais fácil à Indochina; os avultados investimentos económicos; e o facto de a África do Sul ser o maior produtor de ouro e poder influenciar todo o sistema financeiro mundial.¹⁰⁹ O NSSM 39 sublinhava que os interesses do Ocidente eram mais facilmente defendidos através do estabelecimento de comunicação com os regimes minoritários, mesmo que isso acarretasse risco político, ainda assim aceitável. Por esse motivo, o embaixador sul-africano em Washington tinha acesso direto a H. Kissinger.¹¹⁰

A África Austral era uma importante posição estratégica para conter o crescimento soviético no Índico e no Atlântico Sul, onde os portos de Angola e Moçambique, apesar de não poderem acomodar porta-aviões, serviam regularmente a frota norte-americana.¹¹¹ Por tudo isto, a mudança na política norte-americana resultou numa quase total indiferença com as aspirações dos negros em relação à aplicação do princípio da “majority rule” e numa inclinação favorável aos regimes brancos.¹¹² Na ONU os EUA votaram maioritariamente a favor de Portugal e da África do Sul contra as tentativas de alargamento de sanções e condenações por parte dos países do bloco afro-asiático. Apesar do apartheid, os EUA consideravam a África do Sul como uma importante barreira ao comunismo.¹¹³

John Hurd, o novo embaixador dos EUA em Pretória, era amigo pessoal de R. Nixon e contactava facilmente o presidente.¹¹⁴ Em outubro de 1970, o secretário de estado adjunto David Newsom foi encarregado de informar pessoalmente J. Vorster da alteração da política na Casa Branca, preocupada com o avanço do comunismo no Congo, na Somália e em outros países da linha da frente, e com a presença soviética no Índico.¹¹⁵ A renegociação da utilização da Base das Lages em 1971, a troca de um empréstimo de cerca de 730 milhões de dólares, foi também percebida por Caetano um outro sinal de encorajamento na manutenção do esforço de guerra e da manutenção do relacionamento com os sul-africanos.¹¹⁶ Em dezembro de 1971, Caetano foi o anfitrião da cimeira do Açores entre Nixon e Pompidou, ficando a ideia do apoio claro à política portuguesa.

¹⁰⁹ *ibid.*, 23-24.

¹¹⁰ *ibid.*, 30-31.

¹¹¹ *ibid.*, 87-88.

¹¹² *ibid.*, 28.

¹¹³ Marta S. van Wyk, “Ally or Critic? United States’ Response to South African Nuclear Development, 1949-1980”, *Cold War History* 2 (2007): 195-225.

¹¹⁴ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1133: Apontamento sobre as conversações de Marcelo Caetano com o primeiro-ministro Vorster (8/6/1970).

¹¹⁵ *ibid.*, 478.

¹¹⁶ Cf. PICAM – NARA, DEF 15-4 PORT-US: Carta enviada do Comité dos Assuntos Exteriores do Congresso dos EUA para Nixon (13/12/1971).

Em segundo lugar, há que referir o apoio norte-americano ao programa nuclear sul-africano, anunciado por J. Vorster em finais de julho de 1970. A África do Sul era um dos principais produtores mundiais de urânio e J. Vorster considerava que tinha chegado o momento de anunciar que tinha igualado as principais potências ocidentais (EUA, Grã-Bretanha e França) com capacidade de o enriquecer.¹¹⁷ Apesar de se ter iniciado durante a Administração Eisenhower, foi com a Administração Nixon que a África do Sul desenvolveu significativamente o seu programa nuclear. Em 1973 foi assinado um contrato de fornecimento de urânio enriquecido para uma central nuclear, ao qual não era alheio o papel que a África do Sul podia desempenhar por ser feroz opositor ao comunismo.¹¹⁸ Portanto, ao aprofundar as relações com a África do Sul, Portugal considerava estar também a fazê-lo com os EUA.

Os responsáveis portugueses sabiam também que estavam a ser subalternizados desde que aceitaram o apoio e a participação sul-africana no sul de Angola. Por esse motivo, para além de ter como finalidade infringir um rude golpe na FRELIMO, é provável que a “Operação Nó Górdio” servisse também para demonstrar às autoridades sul-africanas que o aparelho militar português podia controlar a situação em Moçambique. A operação, iniciada a 1 de julho de 1970, com duração de 36 dias, envolveu cerca de 40 por cento dos efetivos militares em Moçambique, destruiu três importantes bases da FRELIMO e outras estruturas da organização no distrito de Cabo Delgado. Porém, o resultado mais importante foi disseminar as bases da FRELIMO pelo território, nomeadamente nos distritos do Niassa, Cabo Delgado e Tete.¹¹⁹

O “Exercício ALCORA”, formalizado em 14 de outubro de 1970, tinha como objetivo investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, África do Sul, Rodésia, podendo ser extensível a outros países africanos que o pretendessem. Inicialmente, as conversações limitavam-se aos aspetos militares, mas podiam ser expandidas a outras áreas no seguimento das recomendações dos grupos de trabalho. Os principais assuntos eram o estudo das ameaças, a estratégia, as técnicas e normas de combate, as informações, a logística, a aquisição de equipamento e a guerra psicológica. A coordenação e direção do “Exercício ALCORA” eram

¹¹⁷ "South African Department of Foreign Affairs, Announcement by South African Prime Minister Vorster" July 20, 1970, South African Foreign Affairs Archives, Brand Fourie, Atomic Energy, File 2/5/2/1, Vol. 1, Vol. 2. Obtained and contributed by Anna-Mart van Wyk, Monash South Africa. <http://www.digitalarchive.org/document/114143>

¹¹⁸ Wyk, “Ally or Critic?...”, 195-225.

¹¹⁹ Cf. COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (CECA), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Enquadramento Geral*, 1º Vol., 2ª Edição ([Lisboa]: EME, 1988), 184; Aniceto Afonso and Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial*, 1ª Edição (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), 464-473.

estabelecidas em três níveis: a Comissão de Alto Nível ALCORA, a Comissão de Coordenação ALCORA e as Subcomissões ALCORA.¹²⁰ O documento estruturante do “Exercício ALCORA” para o trabalho a desenvolver no longo prazo¹²¹ era o “Projeto de Estratégia Global para os Territórios ALCORA.”¹²² Segundo este documento, a ameaça provinha essencialmente do comunismo e do nacionalismo africano, que se consideravam instrumentos da estratégia indireta do “Bloco Soviético” e que levava vantagem pela passividade do Ocidente.¹²³ Por conseguinte, cabia ao “Exercício ALCORA”, junto das instâncias internacionais, passar a ideia de que se travava em África a Terceira Guerra Mundial. Este esforço de comunicação estratégica estava a dar resultados positivos, já alguns países NATO haviam demonstrado o interesse em englobar o Atlântico Sul para defender a rota do Cabo do aumento da presença naval soviética no Mediterrâneo, no Índico e no Atlântico. A “Estratégia Global ALCORA” deveria levar a cabo um esforço mútuo com o objetivo de assegurar a eliminação da subversão, através da organização de uma “força estratégica” suficientemente dissuasora que pudesse intervir oportunamente em qualquer ponto; desenvolver uma intensa campanha sociopsicológica no interior dos territórios ALCORA” para desacreditar a subversão; desenvolver uma “intensa campanha psicológica” externa para “ganhar aliados”, convencendo as nações africanas e o “mundo livre” de que a sua própria sobrevivência estava ameaçada na África Austral.¹²⁴

Apesar de estar focalizado na África Austral, o “Exercício ALCORA” era também importante para Portugal integrar a Guiné. Sendo nessa “província” onde a situação militar estava mais degradada, desejava-se que a Guiné não fosse a primeira peça do dominó a cair.¹²⁵ Por conseguinte, não é de estranhar o montante do empréstimo acordado com a África do Sul incluía o financiamento de vinte aviões Mirage, que eram a resposta à eficácia dos mísseis antiaéreos SA-7 Strela do PAIGC, que em março de 1973 conseguira abater quatro aviões portugueses,

¹²⁰ AHMEME – FO 7/B, Série 44, Caixa 370, nº 2: Exercício ALCORA. Documentos básicos. Sumário das discussões (6/1971).

¹²¹ Este documento englobava uma projeção para a década de 1980.

¹²² Consideravam-se territórios ALCORA a África do Sul, a Rodésia, Angola e Moçambique, sendo esta uma classificação de carácter eminentemente política. O Botswana, a Suazilândia, o Lesoto e o Malawi eram considerados como territórios com influência na segurança dos territórios ALCORA.

¹²³ SANDC/DDA – LB. MV-Botha, GRP 2, Box 23, File 56-5, Vol. 3: Global Strategy for ALCORA Territories (s.a.).

¹²⁴ SANDC/DDA – LB. MV-Botha, GRP 2, Box 23, File 56-5, Vol. 3: Global Strategy for ALCORA Territories (s.a.); NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 243: Minuta das conversações entre o MNE Rui Patrício e MNE da África do Sul Hilgard Muller em Pretória (23/6/1971 e 24/6/1971).

¹²⁵ NASA/DFA – BTS, Box 1/14/3 Vol. 243: Minuta das conversações entre o MNE Rui Patrício e MNE da África do Sul Hilgard Muller em Pretória (23/6/1971 e 24/6/1971).

dos quais três Fiat G-91. Além do mais, no verão desse ano surgiram rumores de que o PAIGC, apoiado pela Guiné Conacry, podia vir a atacar a Guiné com aviões Mig-17, o que reforçava a necessidade em adquirir os aviões Mirage e mísseis antiaéreos Crotale.¹²⁶ No momento em que Portugal discutia a aquisição e o posicionamento dos aviões Mirage com a França, o 25 de Abril viria a dar início ao fim do envolvimento português no “Exercício ALCORA”. As “províncias” africanas eram as primeiras peças do dominó a cair, dando início ao fim do domínio do homem branco na África Austral.

Conclusões

Da análise efetuada, consideramos que o “Exercício ALCORA”, resultado do estreitamento de relações entre Portugal e a África do Sul, foi um mecanismo de integração estratégica para o “reduto branco” dominado pela África do Sul, que considerava a Rodésia, Moçambique e Angola como a sua linha de defesa avançada. A África do Sul era o único país que poderia garantir o apoio material e operacional.

Esta integração deve ser entendida em duas dimensões distintas. Do lado sul-africano, era o mecanismo mais eficaz para dirigir a estratégia de contrassubversão na África Austral e que lhe garantia que os efetivos portugueses empenhados em Angola e em Moçambique combatiam a sua guerra afastados das suas fronteiras. Do lado português, o “Exercício ALCORA” permitia obter importantes apoios militares e financeiros para o esforço de guerra, garantindo que participava lado a lado com a África do Sul e com a Rodésia na definição do futuro do homem branco na África Austral.

No período compreendido entre 1951 a 1960, a aproximação entre os dois países ficou marcada pelo receio do Governo português em relação às pretensões de hegemonia regional da África do Sul, e pelo cuidado em não ser prejudicado pela colagem ao apartheid. O destino dos dois países foi convergindo a partir da crise do Congo, uma vez que havia a possibilidade de o “caos” se disseminar a toda a África Austral. Foi com esse receio que os dirigentes sul-africanos passaram a considerar Angola e Moçambique, em conjunto com a Rodésia do Sul, como a sua linha de defesa avançada, razão pela qual o general S. Melville propôs um acordo político-militar em 1960. Apesar de Salazar não pretender

¹²⁶ AHDMNE – PAA, Proc. 960.18, Maço 1140: Memorial do acordo de empréstimo de 150 milhões de rands, assinado com a África do Sul (18/9/1975). Cf. ADN – Caixa 833, Peça 9: Acordo de empréstimo de 150 milhões de rands, assinado com a África do Sul; SANDC/DDA – LB.MVV-P.W. Botha, GRP 2, Box 23, File 56-5 Vol. 3: Lista de material enviada pelo ministro Viana Rebelo a P. Botha (s.a.); Cf. José Matos, “A história secreta dos Mirages portugueses I”, *Mais Alto* 400 (2012): 37-41; id., “A história secreta dos Mirages portugueses II”, *Mais Alto*, 401 (2012): 25-29.

entendimento a nível governamental, o início da guerra em Angola e a degradação militar viriam a determinar a sobreposição das considerações estratégicas sobre as considerações políticas. Além do mais, o afastamento dos EUA e da Grã-Bretanha obrigou o Governo português a encontrar outros pontos de apoio, nos quais a África do Sul era o principal ponto de referência.

Em face do reconhecimento da incapacidade de Portugal poder ter sucesso em Angola e em Moçambique, os sul-africanos empenharam-se cada vez mais na estratégia militar de Portugal, nomeadamente em Angola. São exemplos o desenvolvimento da “Operação BOMBAIM”, a concessão de empréstimos e o “Plano de Defesa para a África Austral” que viriam a culminar na formalização do “Exercício ALCORA”. Com estes mecanismos, a África do Sul entrava definitivamente no futuro de Angola e Moçambique e aliviava parcialmente Lisboa de um importante esforço financeiro na aquisição de material e equipamento militar. Afinal, Portugal exercia o esforço principal na sua guerra pela manutenção do homem branco na África Austral.